

O PLANO REAL E SEUS EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA PRODUTIVA DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS IMPORTAÇÕES

Jean Carlo Ricieri Ferreira

Economista e Mestrando em Economia
FCLAR - UNESP- Araraquara
E-mail: jean3000@ibestvip.com.br

Ricardo Luis Lopes

Prof. Adjunto Depto de Economia
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: rllopes@uem.br

RESUMO O período compreendido entre 1990 e 2003 foi marcado por inúmeras mudanças na estrutura econômica do país, dentre elas pode-se citar a estabilização da moeda, a abertura de mercado, as privatizações e a desregulamentação do estado. Todos estes processos foram responsáveis por uma reorganização da estrutura produtiva do país. O principal objetivo do trabalho é observar através das importações quais setores ganharam mais importância após as mudanças ocorridas na década de 90 e quais setores perderam importância. Através de uma decomposição das importações verificou-se quais os fatores que mais contribuíram com as mudanças na pauta de importação. Classificou-se as principais alterações em quatro tipos, coeficiente de importação, efeito tecnologia, demanda final e crescimento econômico. Os resultados obtidos, foram ao mesmo tempo tranquilizantes, pois percebeu-se que haviam distorções graves no sistema produtivo, como por exemplo o fato da maior contribuição ao aumento das importações de 1990 a 94 ter sido dado pela Administração Pública e de 1999 a 2003 este setor já não estava em tanta evidência, ou seja, o problema foi corrigido. E foi preocupante descobrir que 1999 a 2003 o setor que mais contribuiu com as importações foi o setor de Refino de Petróleo, mesmo sabendo que este resultado denota maior atividade econômica, já que este setor é um grande fornecedor de insumos para toda a economia, a preocupação reside no fato de que o período não foi de grande crescimento econômico e mesmo assim não havia insumos dentro do país, ou seja, para sustentar um baixo crescimento da atividade produtiva foi necessário importar insumos.

Palavras-Chaves: Decomposição, Matriz de Insumo Produto, Importações.

Código JEL: C-67, D-57, R-15

ABSTRACT The period understood between 1990 and 2003 was marked by innumerable changes in the economic structure of the country, amongst them can be cited the stabilization of the currency, the opening of market, the privatizations and the deregulation of the state. All these processes had been responsible for a reorganization of the productive structure of the country. The main objective of the work is to observe through the importations which sectors had gained more importance after the occurred changes in the decade of 90 and which sectors had lost importance. Through a decomposition of the importations one verified which the factors that had more contributed with the changes in the importation guideline. One classified the main alterations in four types, importation coefficient, effect technology, final demand and economic

growth. The gotten results, had been at the same time calm, therefore it was perceived that they had serious distortions in the productive system, as for example the fact of the biggest contribution to the increase of the importations of 1990 to 94 to have been given for the Public Administration and of 1999 to 2003 this sector already was not in as much evidence, that is, the problem was corrected. And was preoccupying to discover exactly that 1999 to 2003 the sector that more contributed with the importations was the sector of Refining of Oil, knowing that this result denotes greater economic activity, since this sector is a great supplier of input for all the economy, the concern inhabits in the fact of that the period was not of great economic growth and exactly thus it did not have input inside of the country, that is, to support a low growth of the productive activity was necessary to matter input.

Keywords: Decomposition, Matrix of Insumo Product, Importation.

Introdução.

A década de 90 foi um período de intensas transformações na estrutura econômica do Brasil. O marco institucional do país sofreu alterações radicais, através dos processos de liberação financeira, abertura comercial, reestruturação patrimonial e a estabilidade de preço. Todas estas mudanças, além de conduzir os agentes econômicos a novos modelos de conduta e novos padrões de desempenho, serviram para reposicionar o país dentro de uma nova estratégia de divisão internacional do trabalho intrafamiliares de empresas transnacionais. É comum dizer que todas estas reformas foram orientadas para o mercado, pois teve por objetivo final a redução da atuação do estado na economia, sendo esta uma outra importante marca do período analisado.

É consenso que o período assinalado foi marcado por intensas transformações na estrutura da economia brasileira; porém, há uma fissura entre os economistas sobre os rumos que a economia brasileira tomou após o plano real, grandes economistas (MENDONÇA DE BARROS; GOLDENSTEIN, 1997; FRANCO 1999; MOREIRA, 1999) dizem que esta nova conjectura de competição internacional e ausência de inflação proporcionaram ganhos reais para a economia. Para eles o acirramento entre as empresas nacionais e estrangeiras promoveu uma seleção natural, levando à consolidação das empresas mais capacitadas e a falência as empresas ineficientes, acarretando assim um fortalecimento do setor produtivo, tornando-se após a reestruturação, aptas para enfrentar o mercado internacional.

Tais economistas consideram que este modelo de desenvolvimento, iniciado com a abertura econômica e ampliado com o plano real, permitiu um aumento extraordinário da produtividade total dos fatores da economia industrial, e que a chave para o crescimento sustentável é a expansão constante da produtividade.

Outra perspectiva sobre os rumos da economia brasileira após o plano real, mostra que tal processo provocou um comportamento defensivo das empresas e que para sobreviver no mercado teriam de reduzir seus custos e minimizar os investimentos, por isso no longo prazo ter-se-ia uma redução potencial da expansão da produção. Grandes economistas (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1996; COUTINHO, 1997) afirmam que a política de estabilização de preços, baseada na supervalorização do câmbio com abertura comercial, acabou por induzir o país a uma tendência de desindustrialização e a uma redução de valor agregado nas atividades manufatureiras.

O que é inegável é o fato de que o país entrou em um novo processo de desenvolvimento e que houve profundas mudanças para adequação ao novo sistema, sendo que para algumas empresas tais adequações se mostraram mais dolorosas do que para outras. Vários setores não estavam preparados para enfrentar a concorrência externa; muitos bancos não estavam aptos para sobreviver em um mercado de alta competição sem os ganhos da inflação e tiveram problemas por causa disso. Porém outros setores, como o setor de serviços e indústrias¹, se adaptaram melhor ao novo sistema, e hoje se mostram mais eficientes e lucrativas do que eram antes. Desta forma as empresas nacionais, que eram ameaçadas pela concorrência externa mais competitiva, começaram a exportar e ameaçar estas empresas em seus territórios.

Para elucidar esta discussão, e descobrir se o período é marcado mais por ganhos do que por perdas, pretende-se fazer uma decomposição das importações brasileiras em três períodos distintos² desmembrando as variações no quantum importado em efeitos de mudanças na intensidade de importação (coeficiente de importação), coeficiente de contribuição (efeito tecnologia), demanda final e crescimento econômico.

Se a pauta de importação ampliar-se após o plano real e diversificar-se com as novas condições macroeconômicas de desenvolvimento, devido principalmente as melhorias tecnológicas, a primeira tese de que a concorrência e a estabilidade provocaram um ganho de eficiência e por isso levou a um ganho de produtividade se mostrará verdadeira. Do contrário, ou seja, se acontecer da pauta de importação brasileira ter se concentrado em torno de bens de consumo duráveis e não duráveis viabilizados principalmente pela moeda nacional valorizada, provar-se-á que o crescimento nas importações se deu via aumento da demanda e do coeficiente de importação, comprovando assim a segunda tese, ou seja, de que o novo modelo

¹ Segundo Kupfer (2001), o setor de serviços detinha 36% da composição setorial de 1991 e passou para 42% em 1999 e o setor industrial passou de 50% para 55% no mesmo período.

² Respectivamente, pré plano real, pós plano real e pós desvalorização cambial.

provocou uma desindustrialização e as reformas da década de 90 provocaram uma redução do valor agregado nas atividades industriais brasileiras.

1. A Economia Brasileira Na Década De 90.

A década de 90 foi um período único na história do país, caracterizado por profundas transformações de âmbito econômico. Houve uma política bem sucedida de controle de preços, sendo esta a característica mais marcante da década, que proporcionou uma cisão com dois períodos bem distintos, pré e pós Plano Real. O período também foi marcado por reformas orientadas para o mercado, principalmente as privatizações. Verificaram-se também modificações na estrutura produtiva, no setor público e nas contas externas (KUPFER, 2001).

Contudo, o desempenho das principais variáveis macroeconômicas³ no período analisado ficou muito aquém do esperado. O crescimento médio do PIB real na década foi de 1,79% ao ano, a inflação anual cresceu em média 278%, as exportações cresceram anualmente a uma taxa de 4,5% ao ano, a taxa de investimento média a preços constantes de 2004 ficou em 15,9% do PIB, menor até que na década de oitenta (18,2% do PIB) que foi considerada a década perdida. Contudo, o diferencial deste período está na guinada que a economia brasileira deu a partir de junho de 1994 com o Plano Real. No período compreendido entre 1991 e 1994 o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas apurou uma inflação de 1346,55% enquanto que no período seguinte 1995 à 1999 este mesmo índice apresentou resultado de 10,6%, sendo esta a primeira vez na história que este índice registrou queda por cinco anos consecutivos⁴. O Produto Interno Bruto praticamente ficou estagnado antes do plano real, com um crescimento médio entre 1991 e 1993 de 1,06%, já de 1994 à 1999, observou-se um crescimento que embora moderado, 2,82%, foi superior ao verificado antes do Plano Real. (GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; PINHEIRO, 1999)

O papel do estado também foi drasticamente alterado, deixando de ser um Estado-empresário, que buscava o desenvolvimento econômico diretamente, passando a ser um Estado regulador e fiscal da economia.

“Assim como quem olha no espelho e observa o lado direito à esquerda da própria imagem, a performance macroeconômica do Brasil após a deflagração do Plano Real, foi de certa forma uma versão espelhada do que se tinha até então” (GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; PINHEIRO, 1999, p. 17).

³ Dados apurados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, IBGE, Fundação Getúlio Vargas, FGV e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, IPEA.

⁴ A saber, o período sinalizado vai de 1994 a 98.

1.1 Os antecedentes do Plano Real.

Os primeiros anos da década de 90 foram marcados por um profundo desequilíbrio macroeconômico, a inflação ou a decomposição da moeda⁵, que registraram os maiores índices da história econômica do Brasil. A política econômica da época era voltada única e exclusivamente ao controle do nível de preços, havia uma “crença” que com a inflação controlada todos os outros problemas da economia se resolveriam e como em um passe de mágica, e a economia tomaria uma rota de crescimento sustentável com baixas taxas de inflação (FRANCO, 1999).

O caráter falacioso dessas proposições é bastante evidente. Nada parece indicar que não possa haver desenvolvimento obedecendo alguns princípios básicos de equilíbrio fiscal e monetário. Nada parece indicar, da mesma forma, que a inflação seja necessária, ou mesmo admissível como efeito colateral do desenvolvimento, pois nada mais é do que um imposto, e um particularmente perverso, posto que incide exclusivamente sobre o pobre (FRANCO, 1999, p.2).

Segundo Gremaud (2004), as inúmeras tentativas de conter a inflação através de políticas heterodoxas⁶ se mostraram ineficientes. Pois elas tinham como principal instrumento o congelamento de preços, que além de desequilíbrios nos termos de troca, trazia para a economia mais um elemento de instabilidade. Já que imputava nos agentes a expectativas de congelamentos, desta forma para se defender da defasagem, eles recorriam a aumentos rápidos nos níveis de preços, o que acabava por gerar mais inflação.

As primeiras tentativas de resolver o problema da inflação na década de 90 foram dadas no governo Collor, que aproveitou a experiência adquirida no assunto, devido principalmente aos diversos planos heterodoxos do governo anterior (Cruzado, Bresser e Verão) e aliou a isso novos fatores (GREMAUD, 2004).

O Plano Collor I, 1991, foi resultado de um conjunto de diagnósticos. Nele estavam as idéias dos planos anteriores, de que a inflação tinha caráter inercial, e era aprofundada pelo descontrole fiscal e monetário, a união destes fatores produzia os altos índices de inflação. Aliando a este diagnóstico, a idéia de que a crescente liquidez dos haveres financeiros não monetários provocava inflação. Tal análise tinha por pano de fundo, a queda do retorno real dos investimentos, o que dentre outros provocava o aumento do consumo, pois tendo a expectativa de risco de volta de inflação e variância nos preços relativos, os agentes econômicos se protegiam comprando bens, o que reduzia drasticamente os ativos financeiros e tornavam

⁵ “Até o momento, o termo inflação era utilizado mais para se referir ao aumento da oferta de moeda, do que propriamente o aumento do nível geral de preços”. (FRANCO, 1999 p.3)

⁶ Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II.

ineficientes as políticas monetária e cambial, impedindo as políticas de controle de preços de romper com a indexação (GREMAUD, 2004).

Para resolver isto o governo deveria manter uma taxa de juros real alta e estável. Porém, como a demanda por crédito era praticamente nula a solução encontrada para desindexar a economia foi o confisco da liquidez, que foi a grande âncora do Plano Collor I.

Porém a partir de junho de 1991, com a forte desvalorização do câmbio real, a Guerra do Golfo que elevou substancialmente o preço do barril de petróleo e deteriorou o saldo da Balança de Pagamentos, aliado a ausência de ingressos de capitais estrangeiros, o que ajudou na manutenção de um déficit em transações correntes, verificou-se então no período uma grande desvalorização nos últimos meses do ano e que contribuiu ainda mais para o fracasso do Plano Collor I e o retorno do processo inflacionário (GREMAUD, 2004).

O insucesso no combate a inflação e dificuldade do governo na colocação de títulos públicos para financiamento das despesas públicas, levaram a uma nova tentativa heterodoxa de combate à inflação: o Plano Collor II. Este plano apresentava algumas inovações, substituição do *overnight* pelo FAF (Fundo de Aplicação Financeira) que tinha por objetivo eliminar a memória inflacionária, isto se daria através de sua remuneração a Taxa Referencial (TR) esta que refletiria a média das remunerações futuras de títulos públicos. Porém os problemas extra-econômicos contribuíram para o insucesso deste plano (GREMAUD, 2004).

Com a saída do presidente Collor, assumiu o cargo o vice Itamar Franco, que em 1993 criou as bases para o novo plano de estabilização: o Plano Real. Assim durante 93 o país passou por um processo de ajuste fiscal, como se pode verificar pela aprovação do IPMF, Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, e a tentativa de redução das despesas de todas as esferas do governo. Juntamente com a melhora das contas públicas, observou-se no período a crescente ingresso no país de fluxos de capitais, fazendo com que as reservas aumentassem. Desta forma segundo GREMAUD (2004), se definia as bases para o novo plano:

- i) retorno do caráter inercial da inflação, que havia se perdido devido aos inúmeros planos de controle do nível de preços;
- ii) melhora nas contas públicas, ajuste fiscal;
- iii) maior nível de reservas,
- iv) inserção do país no fluxo voluntário de recursos externos;
- v) maior grau de abertura comercial.

Tal plano e a conseqüentemente queda nas taxas de inflação, foi o fato mais marcante da década, contudo outros fatores também foram muito importantes, tais quais o processo de abertura comercial, as privatizações e as desregulamentações dos mercados, que representaram uma tentativa de minimizar a interferência

governamental e maximizar a competitividade na economia. Estes fatores além de representar as reformas ocorridas na década de 90, ajudam a explicar o sucesso do Plano Real e o insucesso dos planos anteriores (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

Essas Reformas compreenderam uma série de iniciativas que visavam aumentar a produtividade por meio da minimização da interferência governamental no mercado e da maximização da competitividade da economia. Dentre essas iniciativas as mais importantes foram a liberação do comércio, a privatização e a desregulamentação (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001, p.8)

1.1.1 O processo de abertura comercial.

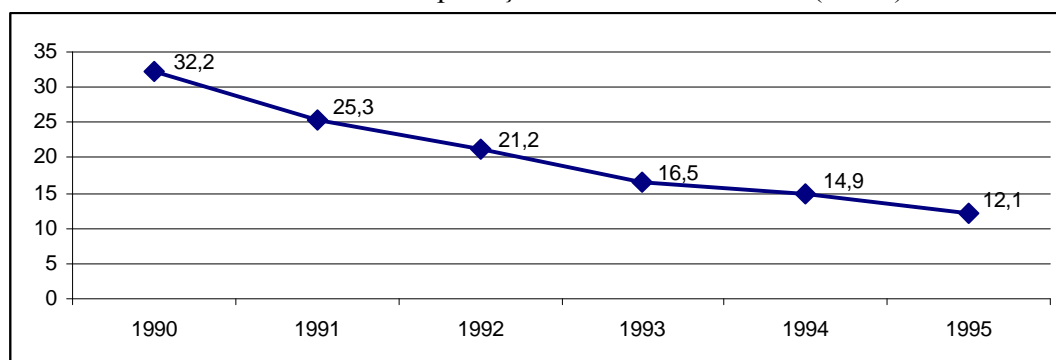
A economia brasileira nos períodos anteriores a década de 90 era uma das mais fechadas do mundo⁷, devido principalmente a política de industrialização por substituição de importações. Tal política se mostrou insustentável e se esgotou no final dos anos 80. (MOREIRA e CORREIA, 1998).

Do final da década de 80 até meados da década de 90, o governo reduziu drasticamente a proteção aos produtos nacionais. A tarifa média sobre importações baixou de 51%, para 35%, tal política culminou com o fim da reserva de informática em outubro de 1992. Aliado a isso foi editado um cronograma de reduções tarifárias, (Gráfico1). Tal cronograma foi extremamente importante para os bens de consumo duráveis, pois havia uma série de artigos que com as taxas vigentes estavam “proibidos” de entrar no país, contudo a redução de 66 pontos percentuais na tarifa de importação sobre bens de consumo duráveis e com isso trouxe estes produtos para o consumidor brasileiro (FRANCO, 1999).

Desta forma com as importações aumentando e as exportações sendo desestimuladas o resultado foi à deterioração da balança comercial. Com a redução da entrada de dólares no Brasil o resultado foi apreciação da taxa de câmbio. Desta forma o resultado da abertura comercial foi um impacto imenso no comércio internacional.

⁷ Em 1989, a parcela de importados no consumo doméstico de bens manufaturados chegou a 4,8%, nível comparado ao da União Soviética.

Gráfico 1.
Tarifas médias de importação brasileira. - 1990/95 (em %)



Fonte: Receita Federal, 2006.

O comércio internacional ainda foi afetado, pelos novos acordos comerciais, Mercosul, segundo Moreira e Correia (1998), (apud, PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001); representou para o Brasil uma modernização tecnológica e incremento de produtividade. Desta forma a abertura comercial favoreceu o sucesso do plano real, pois o aumento das importações, a redução nas exportações aliado a maior produtividade, possibilita o aumento da oferta de produtos no mercado interno e que acaba por produzir uma pressão para reduzir o nível de preços.

1.1.2 O Programa Nacional de Desestatização, as privatizações.

Na década de 80 já houve um esboço de um plano nacional de privatizações, porém foi só na década de 90 que este processo ganhou um verdadeiro impulso no Brasil. Contudo só em 1990, foi lançado o Programa Nacional de Desestatização (PND) pelo governo Collor, que depois foi expandido, incluindo empresas de grande porte. Posteriormente, o governo Itamar Franco deu continuidade ao programa e os dois governos juntos, venderam 33 empresas estatais e angariaram um total de US\$11,9 bilhões para o estado. Embora a iniciativa tenha sido dada por estes dois governos, o auge do programa de desestatização foi dado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, quando 80 empresas foram vendidas, gerando um total de recursos de US\$ 73,3 bilhões, (Tabela1). O programa de privatizações contribuiu para a sustentação do plano real, pois atraiu grandes fluxos de investimentos externos para o Brasil, o que ajudou a financiar o déficit em conta corrente evitando assim pressões inflacionárias, e a segurar a explosão da dívida pública desta forma reduzindo as pressões inflacionárias (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

1.1.3 O Processo de Desregulamentação do Estado.

A década de 90 também foi marcada por uma série de iniciativas de aumentar a competição nos mercados internos entre os agentes e reduzir gradualmente a participação do governo nos mercados. (GIAMBIAGI, GOSTKORZEWICZ, PINHEIRO, 1999)

O primeiro conjunto de mudanças foi dado pelo Programa Federal de Desregulamentação⁸, PFD, que entre outros revogou o monopólio do governo sobre as exportações de café e açúcar e importação sobre trigo. Foram lançados posteriormente outros dois pacotes, estes com intuito combater os monopólios, anulando a limitação de entrada de competidores e revogando políticas de controle de preços em diversos setores (GREMAUD, 2004).

Por isso, segundo os autores Pinheiro, Giambiagi, Moreira, (2001), criou-se no país um ambiente mais competitivo e com menos restrições à atuação dos agentes nos mercados. Tal política favoreceu o plano real, no sentido de estimular a concorrência entre os agentes. Desta forma para as empresas não perderem clientes ou seus mercados deveriam disputá-los via preço, o que segurava o aumento das taxas de inflação.

1.2 O Plano Real.

O Plano Real, anunciado em 1994, “foi o plano mais engenhoso de combate à inflação já utilizado no país” (GREMAUD, 2004, p.467) seu sucesso se deveu aos seus quatro pilares, ajuste fiscal, indexação completa da economia (URV), a reforma monetária e a âncora cambial. O sucesso do plano foi favorecido pela conjuntura da época e pelas reformas, tais qual a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação do estado. A queda nos níveis de inflação e sequentemente a sua manutenção, foi um resultado impressionante, que contribuiu para estimular a competitividade e atrair investimentos estrangeiros.

Além de uma estratégia bem sucedida de estabilização, o Plano Real, é entendido de forma mais abrangente por seus mentores como a síntese de um novo modelo de desenvolvimento, cuja essência consiste na liberação das forças de mercados. (ARAÚJO; DAMASCENO, 2003. p. 757)

O primeiro pilar do plano real, apresentado por Gremaud (2004), foi o ajuste fiscal, que aconteceu por intermédio de corte de despesas, aumento dos impostos e redução das transferências governamentais para os estados e municípios. Tal medida visava impedir que o desequilíbrio orçamentário produzisse pressões inflacionárias. O ápice do ajuste fiscal, no entanto se deu somente a partir da Lei de

⁸ O PFD editado em março de 1990 revogou 132.752 decretos presidenciais editados nos 100 anos precedentes.

Responsabilidade Fiscal⁹, que impede que os gastos governamentais sejam superiores as receitas.

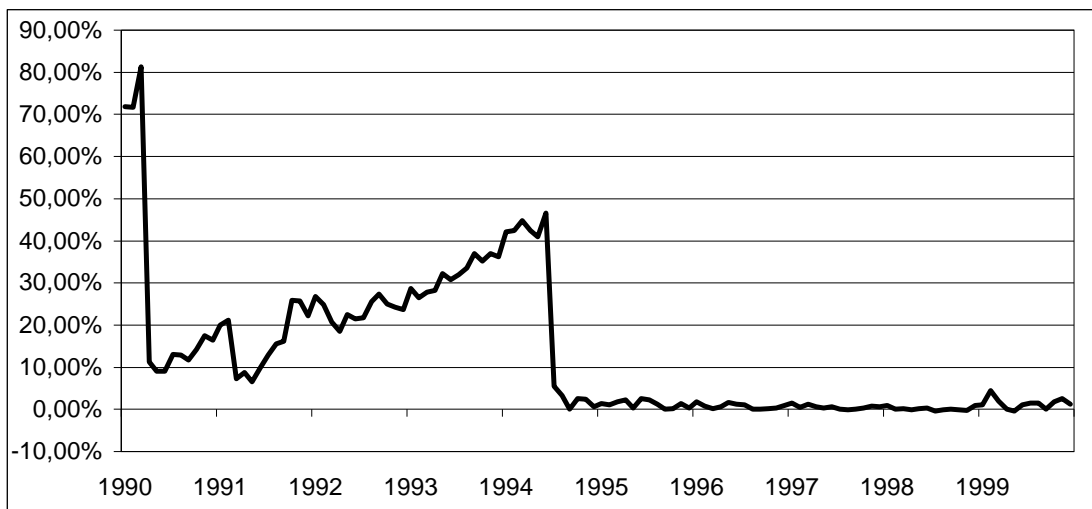
Em fevereiro de 1994, começou a ser implantada o segundo pilar do plano, ou seja, a introdução de um novo sistema de indexação que simulasse os efeitos de uma hiperinflação. Isto foi feito através da introdução de uma moeda virtual atrelada ao dólar, a URV, Unidade Real de Valor. Foi editada uma medida, na qual estabelecia um período de quatro meses para que os agentes se adaptassem a nova unidade. Durante este tempo, vários preços foram indexados a URV, como por exemplo, salários, pensões, tarifas, desta forma o setor privado seguiu voluntariamente o mesmo caminho atrelando seus preços à nova unidade. Enquanto a moeda velha perdeu seu valor por causa da hiperinflação, a moeda nova estava forte, desta forma em 1º de julho de 1994, quando todos os preços estavam indexados, o governo introduziu uma nova moeda, o Real (R\$), que estava livre dos desarranjos provocados pela distorção dos preços relativos. Produzindo assim a quebra do ciclo inflacionário verificado no Brasil (GREMAUD, 2004).

Tendo sido diagnosticada a inflação brasileira como sendo de caráter inercial, o sucesso do plano estava vinculado à ausência de choques, de acordo com os autores Giambiagi, Gostkorszewicz e Pinheiro (1999). Por isso deveria-se quebrar a capacidade dos agentes de repassar os eventuais choques de preços para a economia. Para isso, o governo lançou mão de um pacote de medidas, que tinham por finalidade controlar a expansão monetária. Tais medidas incluíam restrição as operações de crédito e depósito compulsório de 100% sobre as captações no sistema financeiro. Estas políticas foram se afrouxando com as revisões posteriores, contudo ficava claro para os agentes econômicos que o governo tentaria controlar a demanda e desestimular processos especulativos sobre os preços, através principalmente de taxas de juros muito elevadas.

Gráfico 2.

Taxa de Inflação Mensal apurada pelo IGP-DI, de 1990 á 1999.

⁹ Lei complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Outro pilar sobre o qual se sustentou plano real foi taxa de câmbio supervalorizada, tal medida ficou conhecida como âncora cambial, que em um contexto de abertura comercial, serviu ao propósito de contenção de preços, ou seja, como os produtos importados estavam mais baratos, os preços internos ficavam travados coibindo assim qualquer tentativa de elevação de preços. Todavia este aumento da importação só foi possível por que o país dispunha de grandes quantidades de reserva, US\$ 40 bilhões. Todos estes fatores aliados, abertura comercial, taxas de juros elevadas, taxa de câmbio supervalorizada proporcionaram um limite para os preços internos. (GREMAUD, 2004).

1.3 Efeitos posteriores ao Plano Real.

A rápida queda e a manutenção de uma taxa de inflação em patamares relativamente baixos foram os primeiros e mais visíveis efeitos do Plano Real, porém a idéia de que com a economia estabilizada o país entraria em uma rota de crescimento econômico sustentável, se mostrou mais um mito que um fato. Com isso alguns problemas já existentes no país, como os elevados déficits públicos, se aprofundaram ainda mais com a estabilidade de preços baseada na abertura comercial e na supervalorização da taxa de câmbio. Nos anos subseqüentes ao plano real esta política só fez aumentar o rombo nas contas públicas, e só em 1999, foram tomadas providências para tentar solucionar esta equação (ARAÚJO e DAMASCENO, 2003).

O caso das contas públicas e seu desequilíbrio encontram sua explicação em dois fatores como mostra Giambiagi, Gostkorzewicz e Pinheiro (1999). Em primeiro lugar, como já foi dito o próprio controle inflacionário. Até 1994, era relativamente “fácil” controlar os gastos reais do setor público, já que todos os

tributos eram indexados para evitar perda de receitas e aliado a isso o governo retardava o momento do reembolso dos fundos, desta forma tinham-se receitas atualizadas e gastos defasados. Com a queda da inflação, promover o equilíbrio fiscal sem esses mecanismos ficou mais difícil. Juntamente com este problema, a política fiscal expansionista, promoveu um aumento dos gastos públicos, dificultando ainda mais a elaboração de orçamentos equilibrados. A elevação real do salário mínimo (28% em 1995)¹⁰, o aumento no número de aposentados, principalmente no âmbito do setor público e o envelhecimento da população, ajudam a explicar a visível piora nas contas públicas.

O que se observou de 1994 até 1998 foi uma política fiscal expansionista que refletiu em danos constantes ao resultado primário. Juntamente com a política fiscal expansionista o governo praticou uma política monetária contracionista¹¹, baseada em altas taxas de juros, tal política serviu ao propósito de estabilizar preços, através do controle de demanda, porém refletiu-se em aumento considerável da dívida pública. Por isso, o segundo resultado mais visível do plano de estabilização foi mesmo os elevados déficits fiscais, enquanto de 1991-1994 houve um déficit fiscal médio, medido pelo conceito operacional de 0,4% do PIB de 1995-1998 o que se verificou foi um salto para um déficit de 5,2% do PIB. O crescimento da necessidade de financiamento do setor público foi intensificado, pelo crescimento das despesas com os juros reais. Com isso a dívida líquida do setor público interna deu um salto, que excluía a base monetária, passou de 17,6% do PIB em 1994 para 31,7% em 1998 (Tabela 1), já a dívida externa caiu passando de 8,4% em 1994 para 6,6% do PIB em 1998, desta forma no agregado houve expressivo aumento da Dívida Pública passando de 26% do PIB em 1994 para 38,3 % em 1998. (GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; PINHEIRO, 1999).

Neste contexto no final deste ano foi implantado um Programa de Estabilidade Fiscal, que introduzia dentre outros elementos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que visando impedir os gastos desenfreados dos governos municipais e estaduais e a principal medida que foi a adoção de uma meta de superávit primário, uma economia que o governo faria para quitar os compromissos com os juros da dívida pública. Tentava-se por estes meios estabilizarem a dívida pública em proporção do PIB (GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; PINHEIRO, 1999)

A abertura comercial e apreciação cambial formaram um dueto extremamente eficiente na política de combate ao desequilíbrio de preços, porém provocou uma rápida e vultuosa deterioração da balança comercial Os constantes saldos negativos

¹⁰ Em 1995, o salário mínimo teve um aumento nominal de 43%, considerando a inflação medida pelo IGP-DI de 15%, tem-se um aumento real de 28%.

¹¹ Políticas de altas taxas de juros são ao mesmo tempo Política Fiscal expansionista, pois aumentam os gastos do governo e Política Monetária contracionista, pois reduz o consumo.

na Balança Comercial, marcaram o período de 1995-1998 (primeiro governo Fernando Henrique Cardoso), porém um fato muito positivo foi observado neste contexto negativo, o maior crescimento nas importações foi verificado pelos bens de capital (132%), ou seja, aqueles bens que servem para a produção de outros bens, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e construção, foram responsáveis pela maioria das importações (54% das importações de 1998)¹². Desta forma pode-se sugerir que a indústria brasileira aproveitou-se do momento em que havia supervalorização cambial para uma reestruturação do seu parque tecnológico. E a partir de 1999, com a desvalorização da taxa de câmbio houve melhoras significativas no saldo da balança comercial, diminuindo paulatinamente seu déficit e criando as condições para sua superação a partir de 2001 (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

O último dos efeitos do Plano Real é o constante déficit em transações de contas correntes, porém ela se deve a um fator muito positivo, o aumento dos investimentos estrangeiros diretos no país, IED, tais investimentos tiveram um incremento substancial, transformando o Brasil em uma das trilhas mais importantes da corrente de investimento estrangeiro do mundo. A crise dos anos 80 teve um grande impacto nos IED no Brasil dos anos 90, fazendo com que o fluxo de capital estrangeiro no país chegasse a níveis muito baixos. Em 1990 os IED no Brasil chegaram a US\$988 milhões, a partir da estabilização se notou um ingresso de capital estrangeiro muito maior e com taxas crescentes, tanto que em 1995 já eram US\$ 4,4 bilhões, em 1996 US\$ 10,7 bilhões, terminando em 1999 com 28,5 bilhões (GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; PINHEIRO, 1999)

Tal modalidade investimento é muito importante para o país, pois apresenta algumas vantagens especiais. Em primeiro lugar, reflete-se em poupança externa, em segundo lugar os aumentos de IED resultam em novas e modernas tecnologias ao processo produtivo do país. E por último como mostra Araújo e Damasceno (2003) este tipo de capital se mostra muito mais comprometido com o desenvolvimento nacional de longo prazo do que os capitais especulativos de curto prazo, que são estimulados pelas elevadas taxas de juros, os custos deste capital são muito mais baixos do que os recursos advindo de empréstimos. Por último, vê-se que esta modalidade de capital está associado a um menor risco de reversão, ou seja, os IED não são tão instáveis quantos os capitais especulativos de curto prazo que promovem liquidez internacional.

Sendo assim conclui-se que o problema da inflação era mesmo o maior problema da economia brasileira do início da década de 90, porém, passava longe de ser o único, o descontrole fiscal e monetário ainda caminha para chegar a uma solução e só será resolvida com uma política econômica séria e comprometida com

¹² Dados do IPEADATA, acesso em 23 de maio de 2006.

os interesses da nação. Alguns destes problemas já foram resolvidos, como por exemplo, a supervalorização cambial e os déficits da Balança Comercial, porém o país precisa avançar muito nas reformas estruturais, consolidarem a estabilidade macroeconômica, que só se dará através de um regime fiscal equilibrado e uma política de juros compatível com a necessidade de crescimento do país. Também se faz necessário concluir a segunda geração de reformas, reforma política, judiciária, das relações federativas, tributárias e principalmente das instituições reguladoras. Desta forma com um estado mais eficiente o tão sonhado crescimento com estabilidade se tornaria possível (GIAMBIAGI; GOSTKORZEWICZ; PINHEIRO, 1999).

1.4 As políticas econômicas de 1999.

A conjuntura econômica mundial estava desfavorável a política de contenção de preços por valorização do câmbio. Em 1995, houve a chamada crise do México que dentre outros resultou em desvalorização excessiva e do câmbio e aumento da inflação¹³. Caminho semelhante seguiu a Coréia do Sul, que em 1997, viu sua moeda sofrendo ataques especulativos e desvalorizando-se, bem como o aumento da inflação. Por isso, havia um temor muito grande dentro do governo de que a desvalorização cambial resultasse em aumento de preços. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

Contudo em 1999, não houve maneiras de manter o câmbio nos patamares anteriores, a taxa de câmbio passou de R\$1,21 para R\$2,16 no auge da crise, contudo fechou o ano a R\$ 1,79 o que representou uma desvalorização nominal de 48%. Mesmo assim, a inflação não disparou como se temia, as razões para isto são várias:

- i) lento crescimento, portanto baixa demanda;
- ii) ajustes na taxa de juros;
- iii) acordos com o FMI;
- iv) aumentos moderados no salário mínimo;
- v) e adoção de um regime de metas para a inflação.

A primeira grande mudança, na política econômica de 99, foi claro a adoção de taxas de câmbio flutuante, que resultou em maior espaço de manobras de política monetária e trouxe maior liberdade para o governo, já que ele não precisava mais defender certo nível de taxa de câmbio.

Não há dissenso entre os economistas de que o período referente á década de 90 foi de profundas transformações na economia brasileira; a abertura comercial, as privatizações, a desregulamentação do estado e a estabilidade de preço modificaram completamente a estrutura da economia brasileira, foi capaz até de introduzir um

¹³ Em 1995, a inflação no México mediu mais de 50%, IPC.

novo modelo de desenvolvimento no país. As empresas se viram obrigadas a alcançar um novo padrão de eficiência, partindo para redução de custos, aumento de produtividade e incremento no parque tecnológico como mostra Coutinho, (1997). Tudo isto se refletiu na diversificação e intensificação da industrialização no Brasil, que chegou ao ponto das empresas nacionais, amplamente defasadas tecnologicamente nos períodos anteriores, competissem com as empresas estrangeiras.

2. O Método De Decomposição.

Através do método de decomposição pretende-se responder a grande questão proposta por este trabalho, ou seja, quais setores se beneficiaram e quais setores foram prejudicados pelo plano real. Pela análise de decomposição pode-se quantificar as mudanças nos diversos setores de uma economia, além de mostrar quais foram os fatores responsáveis por esta mudança. (Hoem, 2003).

Existem basicamente dois métodos de decomposição: IDA, análise de decomposição por índices; e o SDA, análise de decomposição estrutural. A diferença entre eles se encontra no modelo utilizado, enquanto SDA, usa a MIP, (Matriz de Insumo Produto), com os dados brutos, IDA, usa índices, normalmente matriz inversa de Leontieff. (Vam Guarida Bergh 2003, apud Hoem 2003).

Dentre os principais fatores que podem ser responsáveis por alterações nas importações, a análise de decomposição permite identificar se as variações nas importações são decorrentes de novas tecnologias, de aumentos na demanda final, permite identificar também se as importações de um determinado setor influem direta ou indiretamente nas importações de outro setor. E a partir desta análise pode-se responder, se a década de 90 e todas as suas alterações, impactaram positivamente para quais setores e negativamente para que setores.

Como faz parte da análise tanto mudanças tecnológicas como de crescimento econômico, far-se-á uso do método SDA, e para neutralizar sua influência nos resultados, utilizar-se-á um método completo, sendo assim, o resultado estará muito próximo a média de todos os outros métodos de decomposição como mostra Hoem, (2003).

A forma geral do método SDA é descrita entre outros por Skolka (1989). E o principio dele pode ser descrito como uma relação entre dois fatores, mas é facilmente estendido a mais fatores. Por exemplo, suponha uma variável X, depende de duas variáveis L e F em uma relação de multiplicação.

O ultimo dos fatores ($\Delta L \cdot \Delta F$) é conhecido como fator de interação. E as principais diferenças entre as equações de decomposição são as ponderações dos fatores e o efeito de interação. A equação 2, apresenta pesos incompatíveis, pois um fator é calculado para o período t+1 e outro fator usa o tempo t. As equações 3 e 4,

não possui este problema pois apresentam os resultados para um mesmo período. Como nenhum dos métodos é preterível ao outro e os resultados apresentados não diferem substancialmente, o que se faz é uma média entre os dois métodos. Vários autores como Dietzenbacher e Los (1998) mostram que os resultados apresentados estão muito próximos dos resultados globais. (Hoem, 2003)

A análise das importações baseia-se no método SDA, usa as matrizes de insumo- produto fornecidas pelo IBGE até 1996, e uma estimação das matrizes feita por Guilhoto (2003), de 1997 até 2003.

A derivação da equação de decomposição com o modelo de Insumo-Produto parte da inversa de Leontieff.

$$X = L.F \quad (1)$$

Onde,

X Vetor de produção total por setor;

L Matriz inversa de Leontief;

F Vetor com a Demanda Final Total por setor;

A matriz inversa de Leontief é calculada como sendo:

$$L = (I-A)^{-1} \quad (2)$$

Onde,

I Matriz Identidade;

A Matriz de coeficientes técnicos,

Onde, cada elemento a_{ij} , representa uma relação de oferta do setor i para o setor j , dividido pela produção total do setor j , ou, a demanda de insumos do setor i pelo setor j , também divididos pela produção total do setor j . A teoria de insumo produto, considera que a função de produção tem fatores fixos. Por isso alterações na matriz de coeficientes técnicos podem ser interpretadas, como mudanças no marco tecnológico do setor j . (Hoem, 2003).

Segundo Hoem, (2003) o vetor de demanda final total é frequentemente escrito como sendo uma matriz dividida em certas categorias, formação bruta de capital fixo (investimentos), exportações, variação no estoque, consumo do governo, consumo das famílias e total da demanda final.

A obtenção do vetor demanda final se da a partir da seguinte equação:

$$B = F. Y^{-1} \quad (3)$$

Onde,

- B Matriz de coeficientes de demanda final;
- F Demanda final de cada setor, dividido pela sua produção;
- Y Vetor com demanda final por setor;

Desta forma,

$$F = B.Y \quad (4)$$

Que substituindo na equação 6 temos,

$$X = L.B.Y \quad (5)$$

Desta forma a relação que se obtém entre importações e a matriz de insumo produto é a seguinte:

$$C = \text{Imp}.X^{-1} \quad (6)$$

Onde,

Imp Vetor com o valor das importações por setor

C Vetor com as importações de cada setor, dividido pela produção total de cada setor.

Desta forma o total das importações pode ser obtida através do somatório das importações de todos os setores ou da seguinte forma:

$$\text{Imp} = C'.X = C'.L.B.Y \quad (7)$$

Desta forma as alterações na importação pode ser atribuída aos fatores, C, L, B, e Y. Embora ainda se possa dizer que mudanças matriz de coeficientes técnicos possam ser resultado de alterações no marco tecnológico.

Desta forma quando considerados períodos distintos a matriz de Leontief, pode ser descrita pelas seguintes equações:

$$L_{t+1} = L_{t+1} \cdot I \cdot L_t = L_t \cdot I \cdot L_{t+1} \quad (8)$$

Ou ainda como sendo:

$$L_t = L_{t+1} \cdot I_{t+1} \cdot L_t = L_t \cdot I_{t+1} \cdot L_{t+1} \quad (9)$$

Desta forma a primeira decomposição polar é expressa pela seguinte relação:

$$\Delta \text{Imp} = \Delta C' L_{t+1} \cdot B_{t+1} \cdot Y_{t+1} + C'_t \cdot L_t \cdot \Delta A \cdot L_{t+1} \cdot B_{t+1} \cdot Y_{t+1} + C'_t \cdot \Delta B Y_{t+1} + C'_t \cdot L_t \cdot \Delta Y \quad (10)$$

E a segunda decomposição polar mostra que:

$$\Delta \text{Imp} = \Delta C' L_t \cdot B_t \cdot Y_t + C_{t+1}' \cdot L_{t+1} \cdot \Delta A L_t \cdot B_t \cdot Y_t + C_{t+1}' \cdot \Delta B Y_t + C_{t+1}' \cdot L_{t+1} \cdot \Delta Y \quad (11)$$

A média destes dois métodos é a equação de decomposição que será utilizada nesta análise:

$$\begin{aligned} \Delta \text{Imp} = & \\ & 1/2 \cdot (\Delta C' L_{t+1} \cdot B_{t+1} \cdot Y_{t+1} + \Delta C' \cdot L_t \cdot B_t \cdot Y_t) \cdot \\ & + 1/2 \cdot (C_{t+1}' \cdot L_{t+1} \cdot \Delta A L_t \cdot B_t \cdot Y_t + C_t' \cdot L_t \cdot \Delta A L_{t+1} \cdot B_{t+1} \cdot Y_{t+1}) \cdot \\ & + 1/2 \cdot (C_{t+1}' \cdot L_{t+1} \cdot \Delta B Y_t + C_t' \cdot L_t \cdot \Delta B Y_{t+1}) \\ & + 1/2 \cdot (C_{t+1}' \cdot L_{t+1} \cdot B_{t+1} + C_t' \cdot L_t \cdot B_t) \cdot \Delta Y \end{aligned} \quad (12)$$

Por esta equação pode-se interpretar as variações nas importações como resultante da interação de quatro fatores:

- i) Mudanças na intensidade das importações, coeficientes de importação;
- ii) Mudanças nos coeficientes de contribuição tecnológica;
- iii) Mudanças na composição da demanda final;
- iv) Mudanças nos níveis de demanda final, também chamado de efeito crescimento econômico. (HOEM, 2003)

O primeiro fator denota mudanças no coeficiente de importação de cada setor que mudam as importações por unidade de produção, ou seja, este dado mostra se um setor ficou mais ou menos importador no período analisado. O segundo fator esta ligado a mudanças no marco tecnológico, mostra se as importações de um determinado setor estão relacionadas a alterações na demanda de insumos de outros setores, se um setor demandar menos insumos para produzir a mesma quantidade ou aumentar a produção utilizando a mesma quantidade de insumos fica caracterizado uma evolução nas tecnologias, porém como se trata de importações, o aumento no segundo coeficiente pode denotar também uma substituição de importações (HOEM, 2003).

A mudança na composição da demanda final, terceiro fator, denota efeitos na mudança das importações devido a mudanças no consumo dos agentes econômicos, tanto famílias quanto governo, a necessidade de novos produtos e novas tecnologias, (computadores) não produzidas no Brasil, faz com que o terceiro fator aumente. Desta forma a característica da demanda final faz com que este fator aumente ou diminua. Os efeitos do crescimento econômico sobre as importações

são deflagrados pelo ultimo fator, nele pode-se observar qual o efeito que o crescimento econômico teve sobre as importações de cada setor (HOEM, 2003).

3. Descrição Dos Dados.

Foram analisadas as matrizes de insumo produto de 1990 a 2003. Os dados de 1990 a 1996 foram obtidos junto ao IBGE, as matrizes de 1997 a 2003 foram estimadas por Guilhoto e Sesso Filho, (2005). Embora não utilizando as matrizes originais para este segundo período, testes estatísticos mostraram que os resultados estimados se aproximam muito dos dados originais; desta forma o uso de estimativas não compromete as conclusões do trabalho.

A matriz de insumo produto utilizada é a original do IBGE com 42 setores e uma dummy financeira. A análise se baseia nas importações de cada setor e quais fatores foram determinantes para o aumento das importações. Todos os dados são emitidos para preços correntes. A análise de um mesmo setor em anos distintos sem nenhum tratamento dos dados pode acarretar em graves erros de análise ou conclusão pois o efeito da variação nos preços pode valorizar ou desvalorizar um setor. Para corrigir este problema e evitar análises distorcidas, foram feitas atualizações dos preços utilizando-se a matriz de deflatores, também fornecida pelo IBGE, para 2003, desta forma todos os preços têm como base este ano e a análise fica livre de distorções provocadas pela variação nos níveis de preço.

A decomposição será feita tomando por base as importações, estas são fornecidas pela SRF, Secretaria da Receita Federal, e são acrescidos a conta de importação alguns itens da balança de serviços, tais como, reparos de veículos, serviços técnicos especializados. São adicionados a importação, porém sem emissão de câmbio, energia elétrica de Itaipú e bens eletrônicos. Tais dados são fornecidos pela DIBAP/BACEN¹⁴. As importações de bens são valoradas CIF, ou seja estão incluídos no valor dos bens os fretes e seguros realizados por residentes e não residentes até a fronteira do País.

4. Resultados Empíricos

Foram feitas três decomposições básicas, ou seja, dividiu-se o período de 1990 á 2003 em três sub-períodos. O primeiro período compreende os anos de 1990 á 1994 quando foi implantado o plano real, nesta época o problema básico da economia brasileira era a superinflação, que reduzia o poder real de demanda dos agentes econômicos já que estes tinha suas rendas deterioradas.

O segundo período analisado, compreende os anos de 1994 á 1999, neste fase se consolidou o controle da inflação, além de se verificar uma valorização da moeda

¹⁴ Divisão de Balanço de Pagamentos do Banco Central.

nacional, aumento real do nível de renda além da consolidação do processo de abertura comercial, desta forma o que se espera é um aumento das importações.

O terceiro período analisado compreende os anos de 1999 á 2003, período a inflação continuou sob controle e houve uma desvalorização da moeda nacional, com isso espera-se uma perda da capacidade de importar. Porém não se sabe quais setores se sobre sairão nesta nova conjuntura.

5. Análise dos Resultados

No período compreendido entre 1990 e 1994 o setor que mais aumentou suas importações, foi a Administração Pública. Tal resultado é muito negativo, pois, reflete que no período o setor produtivo, o consumo do público em geral esteve abaixo das importações do governo, que nada mais eram empréstimos para manter a economia em crise por causa da inflação. O resultado positivo que se tira disso é que nos períodos subseqüentes a administração pública perdeu o posto de maior importador da economia brasileira, de 94 a 99 ficou em segundo lugar e de 99 a 2003 ficou em terceiro. Deve-se contabilizar também que a maior necessidade de importação do setor público se deve em grande parte ao aumento das funções do governo a partir da constituição de 1989. A questão da previdência social, o aumento de beneficiários do INSS, tudo isso faz aumentar a necessidade de recursos por parte do governo, o que reflete em maiores captações de recursos externos, que embora deixando de ser o maior importador, ainda esta entre os maiores importadores da Economia Brasileira.

Outro setor que tinha grande participação nas importações e perdeu gradativamente sua importância foi o setor de produtos químicos diversos, nele se encontra a fabricação de inseticidas, fungicidas e bactericidas, tintas de impressão adesivas, discos, cds e dvds, entre outros. A redução na importação destes setores denota o crescimento destas atividades dentro do país, já que a demanda por estes bens aumentaram no período analisado. Na verdade o que se tem é grandes empresas multinacionais instalando suas filiais no país, como por exemplo, a Syngenta, DowAgro entre outras, isto proporcionou a redução na importação destes bens.

Outro setor que seguiu a mesma tendência do ramo de produtos químicos diversos foi o setor de produtos eletrônicos, de 1990 a 94 foi o quarto setor a mais contribuir com as importações, isto que até 1992 havia a reserva de mercado para bens com tecnologia avançada. No período posterior de 1994 a 1999, dos quarenta e dois setores, o setor de produtos eletrônicos foi o que menos contribuiu, isto em um contexto de supervalorização da moeda nacional. É interessante observar que dentro deste setor inclui-se diversos ramos da indústria, como por exemplo, fogões e geladeiras, calculadoras, pilhas etc. Também pode-se dizer que este setor reduziu

sua participação nas importações devido ao crescimento da indústria nacional. Tanto que o maior responsável pelo aumento das importações neste setor, no último período analisado, foi o efeito crescimento econômico,

O ramo têxtil, na qual inclui atividades como beneficiamento do algodão e fabricação de meias a tecelagem de fios sintéticos, foi outra que perdeu gradativamente sua importância para as importações nacionais, e o fato mais marcante deste setor é que no segundo período observado (1994-1999), metade das importações do setor estava vinculada ao efeito tecnologia, ou seja, a incorporação de novas técnicas que reduziam a necessidade de insumos para produção de determinado bem.

Outros setores da economia como, siderúrgico, papel e celulose, automóveis e caminhões tiveram sua importância para as importações reduzidas com o plano real e todos eles tiveram seu coeficiente de importação e efeito demanda final reduzidos pela nova situação da economia.

Deixando um pouco de lado os setores que perderam importância para as importações com a estabilidade econômica e o abandono do câmbio fixo, e passando para os setores que mantiveram sua importância ou ganharam com a estabilidade de preços. O primeiro setor observado é o setor de máquinas e equipamentos que engloba diversos ramos da indústria, tais quais caldeiras, fornos industriais, elevadores, ar condicionado, tal setor tinha baixa importância de 1990 a 1994, e foi gradativamente aumentando sua importância a partir do plano real e posteriormente a adoção do câmbio flutuante. O mais importante a se observar é que o fator responsável pelo aumento das importações neste setor foi o aumento na demanda final, sendo assim foi a necessidade de melhoras no parque tecnológico nacional que influenciaram o crescimento das importações deste setor.

Outro setor que ganhou muita importância para as importações após as reformas da década de 90 foi o setor de comunicações, que teve sua maior participação explicada pela importação de bens como celulares, pagers e similares. Tanto cresceu este setor que foi o sexto maior importador depois de 1999, nos períodos anteriores ele sempre foi um dos ramos de menos destaque.

A partir de 1999, a agropecuária também se configurou como um dos grandes importadores da economia brasileira, sendo que de 1994 a 1999 ela foi a maior contribuinte, ou seja, com o real valorizado, o setor, que sempre está mais exposto às alterações do câmbio, viu os preços internacionais mais competitivos, junto a isso a abertura aos produtos argentinos proporcionada pelo Mercosul, fez com que viabilizassem a entrada de produtos estrangeiros no mercado nacional. E as importações se basearam em crescimento do coeficiente de importação, ou seja, não foi aumento de demanda final, nem crescimento econômico tão pouco tecnologias, o resultado se deu simplesmente por viabilidade econômica, ou seja, os produtos externos estavam mais baratos.

Por ultimo a atividade que mais cresceu sua participação nas importações foi o refino de petróleo e indústria petroquímica. Neste setor além do refino de petróleo inclui-se a fabricação de derivados de petróleo, resina, fibra, termoplástico, fios, cabos e filamentos. O aumento das importações destes produtos está intimamente ligado com o aumento da demanda final e com o efeito crescimento econômico, responsáveis diretos pelo resultado obtido. Esta área da economia se configura como um dos setores chaves e grande ofertante de bens para os outros setores por isso a importância deste resultado. Praticamente todos os setores da economia, necessitam de subprodutos do petróleo, da agricultura a aviação. Por tanto o aumento da necessidade de importação de bens deste setor mostra uma conclusão preocupante, de que o país não tem criada capacidade instalada de insumos para crescer, pois para sustentar seu crescimento econômico um dos principais insumos, derivados de petróleo, fez falta e precisou ser importado.

6. Conclusão

No período analisado, 1990 a 2003, o país passou por mudanças profundas, que foram desde a estabilização da moeda ao regime de metas de inflação. Todas estas alterações trouxeram impactos profundos para a economia real, fazendo com que áreas da economia adquirissem papel de mais destaque nas importações e que outros setores perdessem este papel. Felizmente para a nação o que se verificou principalmente após o plano real, foi uma reorganização do setor produtivo tornando-se este o mais saliente na pauta de importação.

Antes do Plano Real o que se observava era a administração pública, como maior importador de bens e serviços, resultado incompatível com uma economia coerente que deseja crescer, o setor de transporte como terceiro maior importador também não se adequa aos anseios da nação, principalmente por que todas as importações são consideradas FOB. Após o plano real e o abandono do câmbio fixo, o que se viu foi o efeito demanda final gerando as maiores importações, como por exemplo no setor de refino de petróleo, e agropecuária.

Além do resultado positivo observado da queda da participação do setor público e transportes na pauta de importação, verificou-se com pesar que o crescimento da participação nas importações de subprodutos do petróleo traz consigo a preocupação com a sustentabilidade do crescimento econômico, pois a conclusão que se tira deste resultado e que faltaram insumos para a produção nacional.

Anexo 1.
Decomposição das Importações 1990-1994 – Em Bilhões de Reais

	ATIVIDADE	Coefficiente de importação	Tecnologia	Efeito Demanda Final	Efeito Crescimento Econômico	Total
01	AGROPECUÁRIA	0,22	0,07	4,83	-4,84	0,28
02	EXTRAT. MINERAL	-0,03	-0,02	-0,69	0,71	-0,02
03	PETRÓLEO E GÁS	0,25	0,15	1,77	-1,81	0,35
04	MINERAL Ñ METÁLICO	0,01	-0,01	0,07	-0,11	-0,04
05	SIDERURGIA	0,52	-0,31	-9,58	9,99	0,62
06	METALURG. Ñ FERROSOS	0,29	-0,21	-5,69	5,99	0,38
07	OUTROS METALÚRGICOS	-0,10	-0,03	-1,21	1,26	-0,07
08	MÁQUINAS E EQUIP.	1,18	-0,27	-3,01	3,21	1,11
09	MATERIAL ELÉTRICO	0,12	0,00	-0,78	0,85	0,20
10	EQUIP. ELETRÔNICOS	1,63	-0,44	-1,85	2,59	1,93
11	AUTOM./CAM/ONIBUS	0,80	-0,04	-3,26	3,50	0,99
12	PEÇAS E OUT. VEÍCULOS	0,05	-0,10	-3,23	3,46	0,18
13	MADEIRA E MOBILIÁRIO	0,02	-0,02	-0,19	0,17	-0,01
14	CELULOSE, PAPEL E GRÁF.	0,70	0,12	-0,19	0,51	1,14
15	IND. DA BORRACHA	0,26	-0,09	-0,76	0,91	0,32
16	ELEMENTOS QUIMICOS	-0,33	-0,36	-4,60	4,68	-0,60
17	REFINO DO PETRÓLEO	-5,70	-4,86	-5,86	7,19	-9,23
18	QUÍMICOS DIVERSOS	0,95	0,65	0,03	0,36	2,00
19	FARMAC. E VETERINÁRIA	0,29	-0,15	-2,40	2,37	0,10
20	ARTIGOS PLÁSTICOS	0,29	-0,01	-0,91	0,94	0,31
21	IND. TÊXTIL	1,02	0,02	-0,15	0,23	1,12
22	ARTIGOS DO VESTUÁRIO	0,37	-0,01	-0,46	0,42	0,32
23	FABRICAÇÃO CALÇADOS	0,20	-0,06	-1,32	1,25	0,06
24	INDÚSTRIA DO CAFÉ	0,04	0,00	0,22	-0,22	0,04
25	BENEF. PROD. VEGETAIS	-0,10	-0,03	0,47	-0,41	-0,07
26	ABATE DE ANIMAIS	-0,03	-0,01	0,10	-0,12	-0,05
27	INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS	0,03	0,00	-0,04	0,03	0,01
28	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR	-0,01	-0,01	-0,78	0,79	-0,01
29	FAB. ÓLEOS VEGETAIS	0,96	-0,04	-0,18	0,24	0,97
30	OUTROS PROD. ALIMENT.	0,17	0,01	-0,26	0,30	0,21
31	INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,13	-0,04	-0,35	0,40	0,14
32	S.I.U.P.	-0,85	-0,03	-1,52	1,90	-0,50
33	CONSTRUÇÃO CIVIL	0,27	-0,05	-0,12	-0,14	-0,03
34	COMÉRCIO	0,28	0,03	-0,55	0,67	0,42
35	TRANSPORTES	1,22	0,06	-1,27	1,92	1,93
36	COMUNICAÇÕES	0,07	0,05	-0,01	0,12	0,22
37	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,05	0,00	0,01	0,02	0,07
38	SERV. PREST. À FAMÍLIA	0,48	-0,03	-0,04	0,17	0,57
39	SERV. PREST. À EMPRESA	0,15	0,03	-0,02	0,07	0,22
40	ALUGUEL DE IMÓVEIS	-0,03	0,00	0,00	0,01	-0,03
41	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2,38	-0,03	-0,06	0,50	2,79
42	SERV. PRIV. Ñ MERCANTIS	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02

* Preços atualizados pelo IGP-DI, Dezembro de 2003.

Anexo 2.
Decomposição das Importações 1994-1999 – Em Bilhões de Reais

	ATIVIDADE	Coefficiente de importação	Tecnologia	Efeito Demanda Final	Efeito Crescimento Econômico	Total
01	AGROPECUÁRIA	4,35	0,03	0,18	0,59	5,15
02	EXTRAT. MINERAL	0,58	-0,06	-0,05	0,12	0,60
03	PETRÓLEO E GÁS	0,47	0,19	-0,01	0,18	0,83
04	MINERAL Ñ METÁLICO	0,88	0,15	0,02	0,07	1,13
05	SIDERURGIA	1,00	-0,26	-0,47	0,84	1,11
06	METALURG. Ñ FERROSOS	0,27	0,09	0,21	0,36	0,93
07	OUTROS METALÚRGICOS	1,18	0,07	0,00	0,14	1,39
08	MÁQUINAS E EQUIP.	0,19	-0,46	-0,07	0,28	-0,05
09	MATERIAL ELÉTRICO	0,84	-0,03	0,19	0,12	1,12
10	EQUIP. ELETRÔNICOS	-0,97	-0,13	-1,21	0,36	-1,94
11	AUTOM./CAM/ONIBUS	1,81	-0,05	-0,51	0,30	1,55
12	PEÇAS E OUT. VEÍCULOS	1,79	-0,04	0,07	0,36	2,18
13	MADEIRA E MOBILIÁRIO	0,35	-0,01	0,02	0,05	0,41
14	CELULOSE, PAPEL E GRÁF.	0,78	-0,32	-0,20	0,46	0,71
15	IND. DA BORRACHA	0,18	-0,12	-0,12	0,19	0,12
16	ELEMENTOS QUIMICOS	0,76	0,22	-0,37	0,16	0,77
17	REFINO DO PETRÓLEO	-0,21	2,63	-0,79	2,02	3,66
18	QUÍMICOS DIVERSOS	-0,21	-0,51	-0,24	0,75	-0,21
19	FARMAC. E VETERINÁRIA	-0,71	0,12	0,04	0,19	-0,35
20	ARTIGOS PLÁSTICOS	0,96	0,18	-0,03	0,13	1,24
21	IND. TÊXTIL	0,50	0,25	-0,54	0,29	0,51
22	ARTIGOS DO VESTUÁRIO	0,26	-0,01	-0,32	0,07	0,00
23	FABRICAÇÃO CALÇADOS	0,00	-0,03	-0,22	0,14	-0,10
24	INDÚSTRIA DO CAFÉ	0,01	-0,01	0,00	0,02	0,01
25	BENEF. PROD. VEGETAIS	0,37	0,00	-0,04	0,22	0,54
26	ABATE DE ANIMAIS	0,25	-0,01	0,03	0,05	0,33
27	INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS	0,17	-0,02	-0,01	0,03	0,18
28	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR	0,78	0,06	0,14	0,13	1,12
29	FAB. ÓLEOS VEGETAIS	-0,41	-0,03	-0,23	0,19	-0,48
30	OUTROS PROD. ALIMENT.	-0,25	-0,01	-0,04	0,18	-0,13
31	INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,68	-0,02	0,16	0,10	0,91
32	S.I.U.P.	-0,94	0,06	0,03	0,32	-0,52
33	CONSTRUÇÃO CIVIL	3,48	-0,04	0,05	0,12	3,62
34	COMÉRCIO	2,47	0,31	0,11	0,35	3,23
35	TRANSPORTES	-2,42	0,35	0,12	0,85	-1,10
36	COMUNICAÇÕES	0,45	0,26	0,38	0,11	1,20
37	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,86	0,27	0,14	0,07	1,34
38	SERV. PREST. À FAMÍLIA	2,98	-0,17	-0,41	0,41	2,81
39	SERV. PREST. À EMPRESA	1,18	0,16	0,10	0,13	1,57

40	ALUGUEL DE IMÓVEIS	0,05	0,00	0,00	0,01	0,06
41	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3,70	-0,13	-0,03	0,52	4,06
42	SERV. PRIV. Ñ MERCANTIS	0,03	0,00	-0,01	0,01	0,03

* Preços atualizados pelo IGP-DI, Dezembro de 2003.

Anexo 3
Decomposição das Importações 1999-2003 – Em Bilhões de Reais

	ATIVIDADE	Coefficiente de importação	Tecnologia	Efeito Demanda Final	Efeito Crescimento Econômico	Total
01	AGROPECUÁRIA	0,85	-0,01	0,27	1,69	2,81
02	EXTRAT. MINERAL	-0,17	-0,07	-0,11	0,29	-0,06
03	PETRÓLEO E GÁS	-0,90	-0,43	0,22	0,32	-0,79
04	MINERAL Ñ METÁLICO	-0,18	-0,12	-0,06	0,23	-0,14
05	SIDERURGIA	-0,45	-1,14	-0,44	1,45	-0,57
06	METALURG. Ñ FERROSOS	-0,15	-0,07	-0,35	0,75	0,19
07	OUTROS METALÚRGICOS	-0,16	0,14	0,08	0,35	0,42
08	MÁQUINAS E EQUIP.	-0,14	0,09	0,39	0,44	0,79
09	MATERIAL ELÉTRICO	-0,04	0,23	0,45	0,35	0,99
10	EQUIP. ELETRÔNICOS	0,28	0,03	-0,11	0,48	0,67
11	AUTOM./CAM/ONIBUS	-0,04	0,06	1,54	0,77	2,33
12	PEÇAS E OUT. VEÍCULOS	-0,05	0,08	0,59	1,03	1,64
13	MADEIRA E MOBILIÁRIO	0,04	0,00	-0,03	0,13	0,13
14	CELULOSE, PAPEL E GRÁF.	-0,74	-0,51	-0,14	0,62	-0,77
15	IND. DA BORRACHA	-0,02	-0,07	0,07	0,29	0,27
16	ELEMENTOS QUÍMICOS	-0,40	-0,13	-0,03	0,29	-0,28
17	REFINO DO PETRÓLEO	-0,31	-0,34	0,46	3,54	3,34
18	QUÍMICOS DIVERSOS	-0,06	-0,46	0,00	1,04	0,52
19	FARMAC. E VETERINÁRIA	0,25	0,04	0,21	0,21	0,71
20	ARTIGOS PLÁSTICOS	0,13	-0,52	0,01	0,34	-0,04
21	IND. TÊXTIL	-0,35	-0,01	0,21	0,44	0,29
22	ARTIGOS DO VESTUÁRIO	-0,04	0,15	0,14	0,07	0,31
23	FABRICAÇÃO CALÇADOS	0,05	-0,03	-0,22	0,20	-0,01
24	INDÚSTRIA DO CAFÉ	0,04	0,00	-0,02	0,04	0,05
25	BENEF. PROD. VEGETAIS	0,16	0,12	0,28	0,35	0,92
26	ABATE DE ANIMAIS	-0,06	0,00	0,07	0,09	0,10
27	INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS	-0,17	0,02	0,09	0,03	-0,03
28	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR	-0,47	-0,19	-0,44	0,27	-0,85
29	FAB. ÓLEOS VEGETAIS	0,05	-0,01	0,14	0,23	0,41
30	OUTROS PROD. ALIMENT.	-0,12	0,16	0,36	0,20	0,61
31	INDÚSTRIAS DIVERSAS	0,03	0,07	-0,10	0,21	0,20
32	S.I.U.P.	0,00	-0,01	-0,01	0,35	0,32
33	CONSTRUÇÃO CIVIL	0,62	0,03	-0,45	0,59	0,80
34	COMÉRCIO	0,16	-0,27	-0,41	0,80	0,27
35	TRANSPORTES	-0,96	0,43	0,37	0,93	0,76
36	COMUNICAÇÕES	0,83	0,04	0,29	0,33	1,50

37	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,25	-0,24	-0,08	0,26	0,19
38	SERV. PREST. À FAMÍLIA	0,16	0,04	0,61	0,68	1,49
39	SERV. PREST. À EMPRESA	0,09	0,08	0,02	0,42	0,62
40	ALUGUEL DE IMÓVEIS	0,05	0,01	-0,01	0,02	0,06
41	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,68	-0,18	-0,06	1,13	2,57
42	SERV. PRIV. Ñ MERCANTIS	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02

* Preços atualizados pelo IGP-DI, Dezembro de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Araújo, RD e Damasceno, AO 2003, “Crescimento econômico e reformas: a economia brasileira na década de 90 e perspectivas” *Bahia Análise e Dados*, vol. 13, nº. 3, pp. 757-768.
- Ferraz, JC, Kupfer, D e Haguenaer, L 1996, *Made in Brasil: Desafios competitivos para a Indústria Brasileira*, Ed. Campus, Rio de Janeiro.
- Franco, G 1999, “A inserção externa e o desenvolvimento” *Revista de economia política*, vol. 18, nº. 3 (71), julho-setembro, pp. 01-45.
- Giambiagi, F, Gostkorzewicz, J e Pinheiro AC “O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90” In : Giambiagi, F, Gostkorzewicz, J e Pinheiro AC 1999 *A economia brasileira nos anos 90*, Ed Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, cap 1, pp. 11-42.
- Gremaud, AP, Vasconcelos, MAS e Toneto, RJr 2004, *Economia brasileira contemporânea*. 5ª edn, Ed. Atlas, São Paulo.
- Guilhoto. J.J.M. Leontief e Insumo Produto: antecedentes princípios e evolução. Piracicaba: ESALQ. Depto de Economia, administração e Sociologia, 2000. 22p. (Série seminários de pós graduação, 15).
- Guilhoto, JJM e Sesso Filho, UA, 2005 “Estimação da matriz insumo-produto à partir de dados preliminares das contas nacionais”, *Revista de Economia Aplicada*, vol.9, nº.2, pp. 277-299.
- Hoem. A 2003, “A decomposition analysis of the emission of CO2”. *Notherlands Bureau for Economic policy Analysys*.p. 19. (Paper presented at the 43rd European Congress of the Regional Science Association, Jyvaskyla, Finland)
- Kupfer, D 2001, Mudança Estrutural das empresas e grupos lideres da economia brasileira na década de 90. Grupo de Indústria e Competitividade - UFRJ. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/2001-1_Kupfer.pdf>. Acesso em 16. mar 2006.
- Mendonça de Barros, JR e Goldestein, L. 1997, *Reestruturação Industrial e reordenação financeira: Um novo balanço*. Mimeo.
- Miller, RE and Blair, PD 1985, “Input-Output analysis: foundations and extensions” *Englewood Cliffs*, p. 464, Prentice-Hall, New Jersey.
- Moreira, MM 1999, *Estrangeiros em uma Economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o mercado exterior*. Texto para discussão BNDES nº.67, Rio de Janeiro.

Pinheiro, AC, Giambiagi, FF e Moreira, MM 2001, *O Brasil na década de 90: Uma transição bem sucedida?* BNDS, IE-UFRJ, BID. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/td/td-91.pdf>>. Acesso em 28. fev 2006.